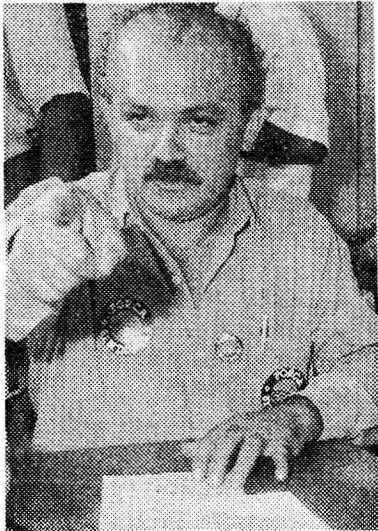


Medeiros contesta rolagem de dívida ^{Pública}

Força Sindical prepara ação contra acordo que envolve US\$ 9,2 bilhões do FGTS

Milton Michida/AE—22/3/91



Medeiros

STF julgará pedido de inconstitucionalidade

O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, afirmou ontem, em São Paulo, que a central entrará com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo declaração de inconstitucionalidade da rolagem da dívida de Estados e municípios. A rolagem, aprovada pela Câmara Federal, inclui dívidas de estatais e envolve US\$ 9,2 bilhões em recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A possível inconstitucionalidade foi indicada pelo Estado há uma semana, a partir de queixas feitas por sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e deputados da oposição. "O governo negociou com o dinheiro do FGTS, que não lhe pertence, pois são recursos dos trabalhadores", disse Medeiros. A ação tem por base parecer dos juristas

Ives Gandra Martins e Celso Bastos. "A rolagem da dívida fere o artigo 52 da Constituição", diz o parecer.

O artigo 52 deixa claro que apenas o Senado pode definir o nível e as condições para a rolagem das dívidas de Estados e municípios. A decisão não compete aos deputados, afirmam os advogados.

Prejuízo — O acordo entre governadores, parlamentares e a Presidência também fixa em 6% os juros que devem ser pagos durante 20 anos. Até então, a legislação do FGTS fixava a correção dos recursos emprestados a Estados e municípios para projetos de saneamento em 6%, no Norte e no Nordeste, e em 12% no Sul e Sudeste. Os sindicalistas alegam que a correção definida no acordo prejudica a maioria dos trabalhadores.

Antes de entrar com a ação no STF, o que deve ocorrer no dia 15, Medeiros vai pedir à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a relação atualizada de todos os débitos de Estados, municípios e estatais com o FGTS. Pedirá, ainda, a confirmação do total da dívida a ser rolada. "O governo não pode fazer caridade com chapéu alheio", reclama Medeiros.

Apesar disso, Medeiros reconhece que dificilmente a CEF e o INSS terão condições de informar o montante das dívidas. Ele lembrou que, em abril, o então presidente da CEF, Lafaete Coutinho, em depoimento à Comissão de Trabalho da Câmara, admitiu não ter controle sobre os US\$ 13,2 bilhões retirados do FGTS e emprestados a prefeituras e órgãos do governo federal.